

PROJETO DE LEI N.º 4.483-B, DE 2008
(Da Sra. Luiza Erundina)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para prever a instituição de conselhos de escola e de conselhos de representantes dos conselhos de escola; tendo parecer: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação, com emendas (relator: DEP. PAULO RUBEM SANTIAGO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e das Emendas da Comissão de Educação (relator: DEP. TADEU ALENCAR).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
EDUCAÇÃO E CULTURA E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.483, de 2008, altera dispositivos da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, com o fim de garantir a gestão democrática da escola, instituindo os conselhos de escola e conselhos dos representantes dos conselhos de escola.

O projeto modifica diversos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, prestigiando a legislação de cada unidade federada e instituindo Conselhos de Escola e (Conselhos) de Representantes de Conselhos de Escola. Os primeiros seriam compostos pelo diretor da unidade e representantes eleitos pela equipe técnica, corpo docente, servidores, empregados e corpo discente, tendo função deliberativa, direcionada à defesa dos educandos e das finalidades e objetivos da educação pública.

Os Conselhos de Representantes dos Conselhos de Escola, atuando com vistas ao fortalecimento dos conselhos da sua circunscrição e a efetivação do processo democrático nas unidades educacionais, tomariam por norte a democratização da gestão, a democratização do acesso e permanência, e a qualidade social da educação. Seriam compostos por dois representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino e dois representantes de cada Conselho de Escola da circunscrição de atuação.

A então Comissão de Educação e Cultura aprovou o projeto com emendas, na forma do voto do Relator, Deputado Paulo Rubem Santiago. As emendas alteram a composição do conselho escolar, categorizando as categorias de membros, a serem eleitos por seus pares; modificam a terminologia empregada, substituindo "conselhos de escola" por "conselhos escolares" e "conselhos de representantes dos conselhos de escola" por "fóruns dos conselhos escolares", além de "unidades federadas" por "Estados, Municípios e Distrito Federal".

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examinar as proposições quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, consoante dispõe a alínea a do inciso IV do art. 32 do Regimento Interno desta Casa.

A União tem competência para legislar sobre educação, nos termos do inciso IX do art. 24 da Constituição da República. Essa competência é dividida concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal. Cabe, todavia, aos Municípios, nos termos do art. 11, inciso III, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, baixar normas complementares para os seus sistemas de ensino.

Não há dúvida, portanto, quanto à constitucionalidade da matéria. Vale destacar que a própria Constituição da República prevê, em seu art. 206, inciso VI, a gestão democrática da escola, sendo os Conselhos, inequivocamente, instrumentos dessa gestão democrática.

Sob o aspecto da juridicidade, não se vislumbra ofensa aos princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico, tampouco aos princípios e regras contidos em leis ordinárias e complementares nacionais ou aos tratados internacionais de direitos humanos internalizados no Direito pátrio.

A técnica legislativa e a redação empregadas estão adequadas, conformando-se às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Deve ser oferecida emenda tão somente para renumerar o inciso acrescido ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, uma vez que, após a apresentação do projeto, outros incisos já foram acrescidos ao referido dispositivo legal.

As emendas da então Comissão de Educação e Cultura apenas aperfeiçoaram o projeto original.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.483, de 2008, com a emenda ora apresentada, e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das emendas da então Comissão de Educação e Cultura.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado TADEU ALENCAR

Relator

EMENDA Nº 1

Renumere-se o inciso acrescentado ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de “IX” para “XII”.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado TADEU ALENCAR

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião extraordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.483/2008, com emenda, e das emendas da Comissão de Educação, nos termos do Parecer do Relator,

Deputado Tadeu Alencar, contra o voto do Deputado Gilson Marques.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Felipe Francischini - Presidente, Bia Kicis, Lafayette de Andrada e Caroline de Toni - Vice-Presidentes, Aguinaldo Ribeiro, Alceu Moreira, Alencar Santana Braga, Alexandre Leite, Beto Rosado, Clarissa Garotinho, Daniel Freitas, Darci de Matos, Delegado Éder Mauro, Diego Garcia, Eduardo Bismarck, Enrico Misasi, Fábio Trad, Geninho Zuiliani, Gilson Marques, Herculano Passos, Hiran Gonçalves, João Roma, José Guimarães, Léo Moraes, Luizão Goulart, Marcelo Ramos, Márcio Biolchi, Margarete Coelho, Nicoletti, Patrus Ananias, Paulo Azi, Paulo Eduardo Martins, Paulo Pereira da Silva, Paulo Teixeira, Pompeo de Mattos, Renildo Calheiros, Rubens Bueno, Samuel Moreira, Sergio Toledo, Sergio Vidigal, Shéridan, Tadeu Alencar, Wilson Santiago, Alex Manente, Aliel Machado, Angela Amin, Capitão Wagner, Cássio Andrade, Chris Tonietto, Christiane de Souza Yared, Coronel Tadeu, Delegado Waldir, Francisco Jr., Giovanni Cherini, Kim Kataguirí, Lucas Redecker, Lucas Vergilio, Marcelo Freixo, Pedro Lupion, Reginaldo Lopes, Roman, Sanderson e Subtenente Gonzaga.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2019.

Deputado FELIPE FRANCISCHINI
Presidente

EMENDA ADOTADA PELA CCJC
AO PROJETO DE LEI Nº 4.483, DE 2008

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para prever a instituição de conselhos de escola e de conselhos de representantes dos conselhos de escola.

Renumere-se o inciso acrescentado ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de “IX” para “XII”.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2019.

Deputado FELIPE FRANCISCHINI
Presidente